



Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - 1º Grau

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0001838-55.2013.5.03.0020 em 17/04/2026 17:03:18 - 0bae8fb e assinado eletronicamente por:

- MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR



Consulte este documento em:
<https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
usando o código **26041717011779300000245321097**

EDITAL DE LEILÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT-3 – 20ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ: 0001838-55.2013.5.03.0020. **EXEQUENTE:** EDILSON ALVES DOS SANTOS JUNIOR. **EXECUTADO:** METTA NUTRICAÇÃO CIENTÍFICA LTDA - EPP e outros. O leilão ocorrerá na modalidade **exclusivamente eletrônica**, podendo ser transmitido ao vivo, e será realizado nos sites dos leiloeiros: www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br, onde foi publicado o presente Edital (art. 887, §2º CPC); Mais informações estão disponíveis nos referidos sites ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451

DATA DO LEILÃO: 10/06/2026 a partir das 9h00min. Se não for vendido, será realizado o 2º leilão no dia 08/07/2026 no mesmo horário e condições.

ENCERRAMENTO DO LEILÃO: Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse até as 17h00min, podendo ser prorrogado enquanto houver disputas.

LANCE MÍNIMO: R\$ 133.333,32 (cento e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos). Nos termos do art. 843, caput e §2º, do CPC, tratando-se de penhora de bem indivisível, a quota-parte do coproprietário ou do cônjuge estranho à execução recairá sobre o produto da alienação. Ademais, a expropriação não poderá ser realizada por valor inferior ao da avaliação, no que se refere à respectiva quota-parte, calculada com base no valor total do bem avaliado.

DESCRIÇÃO DO BEM: Imóvel constituído por parte do lote 01, da quadra 03-A, localizado na Rua Pará, 71, Jardim Marilu (lado morro), Itanhaém/SP, medindo 12,474ms de frente para a Rua Pará, por 10,00ms da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 124,74m², confrontando do lado direito e quem da Rua olha o imóvel, com o lote 11, do lado esquerdo com parte remanescente do mesmo lote e nos fundos com parte do lote 02. É composto de meio lote de terreno com uma casa térrea de alvenaria, geminada dos dois lados (área construída de aproximadamente 49,88m²), coberta com telha tipo eternit, possuindo um quarto, um banheiro, uma cozinha e uma sala, quintal revestido com ardósia e duas vagas na garagem. A Rua Pará é pavimentada e servida de rede elétrica, iluminação pública, água, telefone e coleta de lixo. Inscrição imobiliária junto a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Itanhaém nº 023.003.001.0002.079388. **AVALIAÇÃO:** R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

ÔNUS: Indisponibilidade de bens de LAURO KINKEYD SODRE DE OLIVEIRA – 27ª Vara de Belo Horizonte/MG (AV-5); Indisponibilidade Proc. 1000163-73.2017.5.02.0005 – 5ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-6); Indisponibilidade e Penhora Proc. 1000619-89.2017.5.02.0080 – 80ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-7 e AV-16); Indisponibilidade Proc. 1000083-58.2017.5.02.0022 – 22ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-8 e AV-28); Indisponibilidade e Penhora Proc. 1000542-28.2017.5.02.0065 – 65ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-9 e AV-18); Indisponibilidade Proc. 1000761-04.2016.5.02.0024 – 24ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-10); Indisponibilidade Proc. 1000255-08.2017.5.02.0084 – 84ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-11); Indisponibilidade Proc. 1000181-26.2017.5.02.0060 – 60ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-12 e AV-32); Indisponibilidade e Penhora destes autos (AV-13 e AV-20); Penhora Proc. 1000618-12.2016.5.02.0607 – 6ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-14); Indisponibilidade Proc. 1000583-10.2017.5.02.0060 – 60ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-15); Indisponibilidade Proc.

1000151-30.2017.5.02.0047 – 47ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-17); Indisponibilidade Proc. 1001254-29.2017.5.02.0029 – 29ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-19); Indisponibilidade e Penhora Proc. 1001355-57.2017.5.02.0614 – 46ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-21 e AV-22); Indisponibilidade e Penhora Proc. 1001368-58.2018.5.02.0020 – 20ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-23 e AV-26); Indisponibilidade Proc. 1000603-98.2017.5.02.0060 – 60ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-25); Indisponibilidade e Penhora Proc. 0001527-44.2015.5.02.0013 – 13ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-27 e AV-29); Indisponibilidade Proc. 1002272-08.2016.5.02.0066 – 66ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-30); Indisponibilidade Proc. 1000325-05.2017.5.02.0026 – 26ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (AV-31); Indisponibilidade Proc.

MATRÍCULA: 188.929 no Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itanhaém/SP. **ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 17/04/2026.** **OBSERVAÇÃO:** O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

DO PAGAMENTO: Caso o(a) juiz(iza) não tenha determinado o pagamento **EXCLUSIVAMENTE** à vista, o leilão será aberto para pagamento à vista e parcelado. Na hipótese de oferta parcelada a entrada deverá ser obrigatoriamente de no mínimo 25%, e o restante em até no máximo 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data de arrematação e corrigidas pelo INPC. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema automaticamente não receberá mais oferta parcelada.

- a) O lance para pagamento à vista, não poderá ser convertido em parcelado. Caso o arrematante faça a conversão por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor dos Leiloeiros o valor pago a título de comissão, se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada.
- b) Na arrematação à vista, o valor deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, § 4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado aos Leiloeiros no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16 horas.
- c) Na arrematação parcelada, o valor da entrada, bem como a comissão dos Leiloeiros deverão ser integralmente pagas **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, § 4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado aos Leiloeiros no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16 horas.
- d) Na hipótese de pagamento parcelado, as parcelas serão pagas através de guia de depósito judicial, vinculada ao processo, que será expedida pelo próprio arrematante no site da Caixa Econômica Federal, devendo este comprová-lo mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada nos autos.
- e) No caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução

do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

- f) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até quitação.
- g) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão dos Leiloeiros. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, os Leiloeiros poderão promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação ou Alienação) a protesto perante o Cartório competente, nos termos do art. 245 §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

CONDIÇÕES DO LEILÃO

Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pela Resolução nº 236/2016 do CNJ; Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pelos Leiloeiros Ângela Saraiva Portes Souza e Marco Antônio Barbosa de Oliveira Junior, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 30 min. Os leiloeiros ficam autorizados a alternar a sequência de lotes caso julguem necessário.

2º) Os Leiloeiros não se responsabilizarão por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo de acesso ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

3º) Os Leiloeiros não se enquadram na condição de fornecedores, intermediários, ou comerciantes, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

4º) Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelos Leiloeiros Oficiais para qualquer ajuste e/ou informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos dos Leiloeiros, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

5º) O arrematante ou licitante pagará aos leiloeiros, à vista, 5% (cinco) de comissão no ato da arrematação, que será depositada na integralidade, até o dia subsequente, em conta dos leiloeiros que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado por e-mail até às 16:00 horas da mesma data, sob pena de ser desconsiderado a arrematação e apresentado nos autos o lance subsequente.

6º) Na hipótese de inadimplemento da arrematação, os Leiloeiros ficam autorizados a aproveitar o lance subsequente do licitante que mantiver a proposta.

7º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar nos sites dos leiloeiros www.saraivaleiloes.com.br ou www.marcoantoniroleiloeiro.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

8º) Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas www.marcoantoniroleiloeiro.com.br e www.saraivaleiloes.com.br, o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob os codinomes “Lancador site Marco Antonio” e “Lancador - site Saraiva”.

9º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visitação com horário pré agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

10º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

11º) Todas as despesas e os custos relativos à transferência patrimonial dos bens correrão por conta e risco do arrematante, não podendo este alegar desconhecimento das condições ora estabelecidas.

12º) Conforme decisão proferida pelo MMº Juiz da 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (id 5419bc0): “O arrematante de hasta pública não possuirá responsabilidade sobre a dívida tributária sobre o imóvel, conforme jurisprudência consolidada do STJ. Em relação a dívida condominial porventura existente, por ser tratar de obrigação ambulatória, transmite-se juntamente com o adquirente/arrematante do bem, mantida a responsabilidade do adquirente pelas dívidas condominiais.”

13º) Nos termos do PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO, TÍTULO XV, Art. 245, § 3º e §5º se o bem for arrematado, no caso de acordo ou pagamento da dívida (remissão) se requeridos após o leilão, os leiloeiros serão remunerados com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado no dia da remissão, e no caso de Adjudicação, a remuneração dos leiloeiros será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta, **na hipótese de ter havido lance conforme despacho de id 50e3139.**

14º) O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

15º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

16º) A Nota de Arrematação será expedida pelos leiloeiros após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

17º) Por determinação judicial e nos termos da lei, ficam, por meio do presente edital, devidamente intimados do leilão e dos ônus a que estarão sujeitos, conforme disposto no item 13º, os devedores METTA NUTRICAÇÃO CIENTÍFICA LTDA e LAURO KINKEYD SODRE DE OLIVEIRA.

18º) Ficam igualmente intimados do leilão (1ª e 2ª datas, se houver) o Exequente EDILSON ALVES DOS SANTOS JUNIOR, bem como os cônjuges das partes, se casadas forem, os coproprietários — em especial a Sra. ANDREA MARIA SODRÉ DE OLIVEIRA e seu cônjuge, Sr. ANSELMO FERREIRA DE OLIVEIRA SOBRINHO, e o Sr. LUIZ FERNANDO SODRÉ DE OLIVEIRA e sua cônjuge, Sra. PAULA RAQUEL RIBEIRO OLIVEIRA —, além dos credores hipotecários ou fiduciários e daqueles com penhoras averbadas, inclusive os que se encontrem em local incerto e não sabido.

19º) Os gravames judiciais e as averbações premonitórias constantes da matrícula do imóvel não impedem o registro da carta de arrematação ou adjudicação, mesmo quando originários de processos distintos do que deu origem à arrematação ou adjudicação, **devendo o interessado formular pedido de cancelamento diretamente à autoridade que determinou o gravame ou à que expediu a Carta de Arrematação ou Adjudicação caso não seja feito de ofício.**

20º) Os Leiloeiros não são responsáveis por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 17/04/2026.